



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NA ÓTICA DOS
PROFESSORES: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
CAMPINA GRANDE - PB**

CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2015

MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NA ÓTICA DOS
PROFESSORES: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
CAMPINA GRANDE - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

ORIENTADOR: PROF. DR. EDUARDO GOMES ONOFRE

CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658i Araújo, Marcicleide da Silva

A inclusão escolar de alunos surdos na ótica dos professores [manuscrito] : um estudo em uma escola municipal de Campina Grande-PB / Maricleide da Silva Araújo. - 2015.

62 p.

Digitado.

Monografia (Desenvolvimento Humano e Educação Escolar EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Educação".

1.Inclusão escolar. 2.Surdez. 3.Docentes I. Título.

21. ed. CDD 371.9

MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO

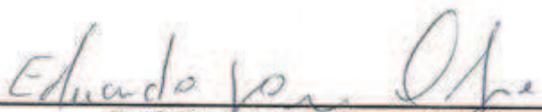
**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NA ÓTICA DOS
PROFESSORES: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
CAMPINA GRANDE - PB**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Desenvolvimento Humano
e Educação Escolar da Universidade Estadual
da Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Especialista.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em 03 de Março de 2015

NOTA: _____



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Orientador



Prof. Ms. Rosemary Alves de Melo
Examinador (a) – UEPB



Prof. Esp. Ricardo Manoel O. Ferreira
Examinador (a) – UEPB

CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2015

Dedico primeiramente a Deus por ter me dado sabedoria e coragem para enfrentar as dificuldades e a toda comunidade surda, pois eles (os Surdos) foram à inspiração e a razão para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, em quem encontro força, coragem e sabedoria, Senhor de minha vida e grande responsável pelo alcance da conclusão desta tarefa.

À minha família, minha mãe, meu pai e meus irmãos e irmãs, por terem acreditado em mim, nos meus projetos sempre. Obrigada por todo amor e incentivo dedicados.

À meu irmão Marinho (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sempre senti sua presença ao meu lado, dando-me força. Obrigado por ter existido na minha vida.

Ao meu esposo, José, por ter suportado minhas ausências e por, nos momentos de estresse, me tolerar. Muito obrigado!

Às minhas filhas, Maysa e Joice, que apesar de muito pequenas sempre souberam entender os motivos de minha ausência num momento tão especial de suas vidas - a infância, demonstrando sempre muito carinho e me vendo como exemplo. A elas todo o meu amor.

A equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Caturité pela amizade e apoio.

À turma da Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar, pelo companheirismo e amizade. Vocês serão inesquecíveis!

A meu Orientador Eduardo Gomes Onofre que procurou mostrar-me os caminhos a serem perseguidos. Agradeço pela compreensão, pela orientação sempre tão preciosa para a concretização deste trabalho.

Aos professores/as do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da UEPB, pela atenção e dedicação a me disponibilizado sempre.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando foi necessário.

“Todo o ato educativo é um ato feito de desafio, de imprevisível, de novo. É no confronto com as exigências que o cotidiano nos traz, que nos vamos fazendo mais e melhores educadores.” (Peças, 2003, p. 141).

RESUMO

A inclusão dos alunos Surdos na escola regular ainda vem sendo um grande desafio para os educadores. Discussões em torno da interação entre Surdos e os ouvintes devem fazer parte das relações estabelecidas na escola, mas isso nem sempre acontece, uma vez que para existir comunicação entre Surdos e ouvintes a utilização da língua de sinais é essencial. O objetivo do presente trabalho foi analisar o processo de inclusão escolar de alunos Surdos na ótica de duas professoras do quinto ano da rede pública municipal de ensino, na cidade de Campina Grande, PB. A pesquisa de campo foi realizada em novembro de 2014. Metodologicamente esta pesquisa quanto aos objetivos pode ser definida como um estudo de natureza exploratória e descritiva. Quanto à pergunta e aos procedimentos a pesquisa pode ser classificada como do tipo Estudo de Caso já que objetiva conhecer em profundidade uma dada situação. Por se tratar de uma pesquisa educacional, utilizamos a abordagem de cunho qualitativo e desenvolvemos nosso estudo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Empregamos também o estudo do tipo etnográfico como meio de atingir os objetivos propostos. Usamos para a coleta dos dados entrevistas (semiestruturadas). Para a análise dos dados utilizamos a análise dos conteúdos. Em relação à pesquisa teórica para subsidiar nossa pesquisa foram lidos vários estudiosos: Ferreira (2005), Dorziat (2009), Marchesi (2004), Sacks (1998), Strobel (2008), Mazzota (2005), dentre outros. Para fundamentar e instrumentalizar o olhar acerca da inclusão foram lidos também alguns documentos legais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Declaração de Salamanca (1994) , entre outros. Os resultados obtidos através da pesquisa revelaram que para se garantir uma aprendizagem significativa é necessário que os docentes que lidam com Surdos tenha conhecimento em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), para que a comunicação entre professor/aluno possa acontecer. Sendo o uso da língua de sinais, condição necessária para uma ação pedagógica significativa. Nossas reflexões finais assinalam para a necessidade de se ampliarem espaços de formação para professores, a fim de que a comunidade surda possa desfrutar de uma educação significativa, como as demais crianças brasileiras.

PALAVRAS - CHAVE: Inclusão Escolar. Surdez. Docentes.

ABSTRACT

The inclusion of deaf students in regular schools is still a great challenge for educators. Discussions about the interaction between deaf and listeners should be part of relationships within the school, but this does not always happen because the use of sign language is essential in communication between Deaf and hearing. The objective of this study was to analyze the process of school inclusion of deaf students according the view of two teachers of the 5th year in a public school in the city of Campina Grande, State of Paraíba, Brazil. The research was executed in October 2014. According to its objectives, it can be defined as a study of exploration and description. The main question and procedures of this research can be classified as type of Case Study to know in depth a specific situation. Considering that it is an educational research, we used the qualitative matrix approach and developed our study from a bibliographical and documentary research. We also use the study of ethnographic as a means to achieve the proposed objectives. To obtain the object of this study, we used semi-structured interviews. And the theoretical analyses was based on the studies of several scholars like, Ferreira (2005), Dorziat (2009), Marchesi (2004), Sacks (1998), Strobel (2008), Mazzota (2005), among others. To support and justify the conception about inclusion were also read some legal documents, such as: Universal Declaration of Human Rights (1948), the Brazilian Constitution (1988), the Salamanca Statement (1994), among others. The results of these studies show that to ensure a meaningful learning requires that teachers who deal with Deaf are aware of the signs language, so the communication between teacher/student can happen and the use of sign language is a condition for a significant pedagogical action. Our final reflections indicate that we need to expand the programs for teaching formation, so that the deaf community could enjoy a meaningful education, like other Brazilian children.

Key-words: School Inclusion. Deafness. Teachers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEE	Atendimento aos Alunos com Necessidades Educativas Especiais
C.E.S. B	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.
EDAC	Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
MEC	Ministério da Educação (antigo nome Ministério da Educação e da Cultura)
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
SEDUC/CG	Secretaria de Educação Campina Grande
LS	Língua de Sinais
PPP	Projeto Político Pedagógico
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1	
1. DEMARCANDO O CAMPO DE DISCUSSÃO EM TORNO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS	15
1.1 Breve conceituação de surdez	15
1.2 O conceito de inclusão escolar	19
1.3 Aspectos históricos da inclusão escolar no Brasil, na Paraíba e em Campina Grande.....	20
1.4 Política de Educação inclusiva	22
1.5 A Língua de Sinais no processo de inclusão escolar	25
CAPITULO 2	
2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	28
2.1 Papel dos professores no processo de educação inclusiva	28
2.2 Escola regular versus inclusão escolar	31
CAPITULO 3	
3 CAMINHOS PERCORRIDOS	35
3.1 Classificando a pesquisa e apresentando os procedimentos	35
3.2 Projeto pedagógico da escola	36
CAPITULO 4	
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS.	43
4.1 Perfil dos participantes.	43
4.2 As falas das professoras	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Trataremos nesta pesquisa sobre a inclusão de alunos Surdos na ótica dos professores, analisando o trabalho pedagógico desenvolvido com alunos Surdos em sala de aula inclusiva, como também as falas proferidas pelas professoras, sobre a educação da pessoa Surda.

O processo de inclusão apesar de ser um tema recorrente, nunca deixa de ser atual, porque implica em questão de direitos humanos e na definição de políticas públicas que devem não apenas ser planejadas, mas, principalmente, executadas. A concepção que orienta as principais discussões acerca da educação inclusiva é a de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação que precisa garantir o direito de todos à escolarização.

A inclusão escolar da pessoa Surda não tem sido uma política vigorante devido à falta de educadores qualificados e ambientes adequados para o acolhimento destes. Uma vez que tanto as pessoas Surdas quanto os educadores necessitam de uma atenção melhor nos ambientes educacionais. Como afirma Carneiro (2005, p. 30), a inclusão é o “conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento”, e é neste sentido que o processo de inclusão da pessoa Surda deve ser viabilizado.

Esta monografia discute a inclusão de alunos Surdos¹ na ótica dos professores da rede pública municipal da cidade de Campina Grande- PB, verificando quais os desafios enfrentados por esses sujeitos neste ambiente. Dessa forma, tomou-se como objeto de estudo professores que atendem a alunos Surdos na escolar regular, com o objetivo de verificar o processo de inclusão de Surdos na ótica dos professores, a fim de perceber as dificuldades e possibilidades enfrentadas pelos professores que atendem a alunos Surdos, procurando verificar se os mesmos têm suas necessidades de aprendizagem atendidas.

Sabemos que muitas vezes a escola regular não consegue oferecer uma educação de qualidade e inclusiva porque dificilmente existe, em sala de aula, o Intérprete de Língua de Sinais (ILS) que possa proporcionar um atendimento melhor e ajudar o professor no desenvolvimento de atividades com os sujeitos Surdos.

¹Comumente utilizamos a terminologia *Surdos* sem flexão de gênero para referir-se ao masculino e feminino, mesmo sabendo da importância das questões de gênero e do uso de palavras na forma masculina e feminina, ou seja, geralmente não se utiliza a terminologia *Surdas*. Neste trabalho a expressão *Surda* é utilizada para referir à aluna objeto da pesquisa e também quando nos referirmos a comunidade e/ou pessoa Surda como forma de facilitar o entendimento do leitor.² Linguística - É a ciência da linguagem humana.

A escolha para realização desta pesquisa deve-se ao fato de que a pesquisadora tem um irmão Surdo que durante a infância não recebeu a devida atenção na escola regular em decorrência da ausência de formação específica dos professores. Tal carência impossibilitou a comunicação através da língua de sinais, situação que contribuiu para que ele fosse excluído. Esta circunstância não permitiu que o mesmo fosse aceito na escola, desse modo, o pouco que aprendeu foi observando as aulas na janela da escola onde seus irmãos e irmãs estudavam.

A partir daí, no momento em que ingressei na universidade, comecei a me deparar com questionamentos dos quais me faziam, constantemente, refletir sobre os motivos da exclusão tão comum de Surdos na escola regular.

Deste modo, como forma de verificar o porquê da exclusão, venho através deste trabalho mostrar um pouco esta realidade por meio da análise dos problemas enfrentados pelos professores no processo de inclusão de pessoas Surdas. Procurando conferir, se os educadores tem condições de receber essas pessoas, ou, se as pessoas estão na sala de aula, com o único intuito da escola mostrar que está incluindo.

Para fundamentar e instrumentalizar o olhar acerca da garantia de que toda pessoa com deficiência tem o direito a uma educação de qualidade, como todo e qualquer indivíduo, foram lidos os seguintes documentos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Declaração de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (Lei 9394/96), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), além de outras.

Estas leis, respaldadas por preceitos teóricos, estabelecem desde os princípios até as diretrizes indispensáveis à inclusão de Surdos na escola e nas demais esferas da sociedade. Com relação à pesquisa teórica para subsidiar esta pesquisa foram lidos vários estudiosos: Lima (2011), Ferreira (2005), Dorziat (2009), Marchesi (2004), Paulon (2005), Sacks (1998), Strobel (2008), Mazzota (2005), dentre outros.

É importante esclarecer que no decorrer do trabalho usamos o “S” maiúsculo para classificar as pessoas Surdas, ou seja, como forma de marcar uma concepção política de surdez, para além do fator biológico (DORZIAT, 2009, p. 9). Ou ainda, revelar que os Surdos são sujeitos que lutam pelos seus direitos na sociedade, como os direitos políticos, culturais e, acima de tudo, linguísticos, afirmando que têm uma língua própria e que devem ser respeitados por suas diferenças linguísticas. Enquanto que para Danesi (s.d) desde que a surdez passou a ser vista de forma mais abrangente, através de uma visão sócio antropológica, muitas pessoas começaram a fazer questão de distinguir a surdez auditiva da surdez como

entidade linguística e cultural, escrevendo a primeira com "s" minúsculo e a segunda com "S" maiúsculo.

Como forma de atingir os objetivos aqui propostos utilizou-se a abordagem qualitativa e o estudo de caso do tipo etnográfico. Por se tratar de uma pesquisa descritiva e exploratória, usamos para a coleta dos dados às técnicas da entrevista e da observação, pois estas permitem uma melhor compreensão da realidade vivida. Uma vez que se faz necessário entrar em contato com o objeto da pesquisa durante um período de tempo suficiente para comprovar ou não nossa hipótese e responder nossa questão norteadora.

A relevância dessa proposta decorre da necessidade de conhecer a educação inclusiva que, atualmente, se encontra um pouco inviável para um país que apresenta grandes dificuldades nos sistemas de ensino. Visto que a situação em que as escolas públicas encontram-se é bem problemática, a começar pelos equipamentos que já são bem precários para o ensino regular e para os que já se encontram supostamente incluídos.



CAPITULO 1

1. DEMARCANDO O CAMPO DE DISCUSSÃO EM TORNO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS

(...) os aspectos específicos da surdez e do surdo ganham relevância ao se pensar em constituição de lugares sociais e das subjetividades dos sujeitos.

Ana Claudia Baliero Lodi

1.1 Breve conceituação de surdez

A perda da capacidade da audição, seja de forma parcial ou total, é denominada surdez, que pode ser de nascença ou causada por doenças. A audição é o sentido responsável por captar as informações sonoras graves, agudas, altas ou baixas que nos rodeiam, sejam elas sons de palavras ou não. A surdez pode surgir durante a gravidez, no parto, na primeira infância ou em qualquer outra fase da vida. A surdez pode causar problemas emocionais e psicológicos, alterações de aprendizado, alterações de fala, problemas profissionais no trabalho, insatisfação e solidão.

No nosso cotidiano, percebemos que algumas pessoas entendem a surdez como a incapacidade de escutar e de oralizar. Todavia, existem sujeitos que perderam a audição, somente após ter aprendido a oralizar, assim, essas pessoas oralizam, porém não escutam a sua própria voz. Ocorrem também, os casos onde as crianças nascem com surdez profunda e a partir do desenvolvimento das terapias de fala conseguem obter o resultado compreensível através da língua oral auditiva.

Outro fato do nosso dia a dia é a confusão dos termos surdez com mudez, trazida ao longo dos anos por uma visão que só existia uma forma de falar, que era através da língua oral. Porém, na década de 60 do século XX, estudos e pesquisas mostraram e comprovaram que a comunicação gesto visual é uma língua. Isto quer dizer que ser Surdo não significa não poder oralizar, uma vez que, pessoas ouvintes podem ficar impedidas de oralizar por causa de comprometimentos no aparelho fonador.

Não oralizar é o que leva as pessoas a chamarem o Surdo de mudo. Com isso observamos que se trata de pessoas sem o conhecimento da existência da língua de sinais, que é uma língua falada na modalidade gesto visual pelos Surdos que vivem em comunidade e com pessoas que não são Surdas, mas que convivem com os mesmos, no caso do Brasil, denominada Língua Brasileira de Sinais, comumente chamada LIBRAS.

Desta forma dizemos: Surdo não é mudo, pois mudez significa que a pessoa não emite sons vocais, porém, ser Surdo “não é apenas não ouvir ou ouvir pouco, mas é ter uma característica diferente, ver o mundo e apreender a realidade com os olhos. É ter uma cultura

própria com sua língua natural” (OLIVEIRA, 2009, s.p) Mais adiante iremos nos ater sobre este assunto. Lembremos que: existe a língua oral auditiva usada pelos ouvintes, a língua oral usada pelos Surdos, que passaram pela terapia de fala, e a língua de sinais falada pelos Surdos e que ainda podemos falar estas através da modalidade escrita.

1.2 O conceito de inclusão escolar

A inclusão tem sido alvo de estudos em vários campos, com interpretações complexas e bastante diversificadas. E no atual contexto em que vivemos, incluir uma pessoa Surda no espaço regular de ensino, por exemplo, significa muitas vezes excluí-lo, já que as medidas adotadas para permitir essa inclusão têm causado efeitos contrários.

Para que as instituições possam inserir alunos Surdos é imperioso que se estabeleçam as modificações da estrutura, do currículo, ou melhor, do funcionamento das escolas, somente assim estas instituições poderão abrir espaços para as diferenças.

A inclusão pode ser definida conforme Ferreira (2005, p. 44), como um termo que tem sido usado predominantemente como sinônimo para integração de alunos com deficiência no ensino regular, denotando, desta forma, a perpetuação da vinculação deste conceito com a educação especial.

Mitter (2003, p.34), por sua vez, relata que inclusão e integração são dois conceitos diferentes, já que inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades em sala de aula [...]. Ou seja, a escola é quem precisa se adaptar ao alunado Surdo, garantindo o direito de acesso aos saberes como os demais discentes presentes na sala de aula. A integração no dizer de Blamires (apud MITTER, 2003, p.34) envolve preparar alunos para sejam colocados nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão” para transferir o aluno da escola especial para a escola regular.

Do mesmo modo, nos dias atuais está havendo uma confusão quanto ao conceito de inclusão, porque geralmente se pensa que colocar um aluno com deficiência na sala de aula regular refere-se a uma inclusão, porém, não é exatamente isso. Uma vez que tal fato acontecendo, isso implica numa tentativa de integração, na medida em que se busca não preparar as escolas e professores/as para receberem educandos com deficiência, mas os alunos é que precisam se adaptar ao currículo, avaliação, ao contexto escolar como um todo.

No entanto, se tomarmos como ponte o conceito de inclusão observamos que a escola e os demais segmentos deste setor é que devem se adequar aos alunos e não eles se ajustarem a instituição escolar.

O processo de inclusão reforça a ideia de que todos nós somos iguais e temos os mesmos direitos. Demonstrando que as diferenças linguísticas precisam ser aceitas e respeitadas. Como afirma Stainback & Stainback (1999), “o ensino inclusivo faz sentido e é um direito básico – não é algo que alguém tenha de conquistar”.

É de extrema importância que possamos entender que:

A inclusão - pressupõe que a pessoa com deficiências/necessidades especiais, deve ser aceita, acolhida, como ela é - com suas dificuldades e potencialidades - pela escola, pela sociedade e que estas é que devem se adaptar-se a ela, ao contrário do que preceituava a integração [...] (SILVA & IACONO, 2006, p.96).

É bom lembrarmos que os princípios da educação inclusiva, como foi explanado até agora, não acontece de forma equitativa, pois se insere o aluno Surdo na escola regular somente para o cumprimento da lei, mas não são atendidas às necessidades/particularidades destes.

Talvez seja esse um dos maiores problemas dos governantes, adotarem políticas públicas sem averiguar se as escolas podem ou não, por em prática, como também não dar condições a essas instituições de estabelecerem a inclusão propriamente dita.

Devido a gama de problemas existentes hoje no meio educacional, o resultado dessas políticas públicas é o fracasso escolar do alunado Surdo, pois não basta o MEC e os governantes imporem a inclusão de Surdos em escolas comuns, pois parece que desejam também, aos poucos, acabarem com as escolas bilíngues. E, infelizmente, estes ainda têm o discurso de que se trata de uma forma de garantir uma educação para todos. Mas que educação é essa em que se “joga” o aluno Surdo em uma sala de aula regular apenas para dizer que está incluindo, quando na verdade estar excluindo cada vez mais, porque os Surdos vão para a escola comum e ficam como seres passivos, já que nem toda escola regular disponibiliza de um intérprete. E quando se tem o interprete é um para toda a escola e muitas vezes este não dar conta.

O sentido de inclusão vai muito mais além, pois requer que o sujeito incluso tenha suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral atendidas, não simplesmente camuflada, deixada de lado, como se o único objetivo da inclusão fosse por o indivíduo fisicamente na sala de aula e pronto. De acordo com Strobel (2008, p.101-102), para este tipo

de prática inclusiva, “na verdade a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é “inclusão”, e sim uma forçada “adaptação” com a situação do dia a dia dentro de escola de ouvintes”.

Sobre o conceito de integração Marchesi (2004, p.24) conta ainda que a integração é um processo dinâmico e mutável, cujo objetivo central é encontrar a melhor situação educativa para que um aluno desenvolva suas possibilidades conforme suas necessidades e o tipo de resposta que as escolas podem proporcionar.

Já Strobel (2008, p.96) diz que se trata especificadamente de uma “[...] política em rumo apelidada de “inclusão”, a sociedade começa a perceber a existência do povo surdo e procura se organizar para recebê-los de forma adequada”. Enquanto Marchesi (2004, p.23) destaca que a “integração, quando vai além da mera presença física nas salas de aula, requer mudança profunda na educação”. Isto supõe que os estabelecimentos de ensino, além de organizar a escola para atender à diversidade dos alunos, precisam também preparar professores para favorecer a integração.

Para que o sujeito Surdo tenha suas necessidades de aprendizagem consentidas, é preponderante que se modifique o currículo ao qual a escola ou instituição segue. Visto que ainda se mantêm nas esferas educacionais uma prática na qual o currículo está voltado *a priori* para os ouvintes, impedido que os Surdos tenham acesso a uma aprendizagem rica e transformadora.

Embora a inclusão escolar dos Surdos esteja mais no plano do discurso e a verdadeira inserção desses alunos em uma instituição escolar do ensino regular seja precária, não se pode negar que muitos dos alunos Surdos que hoje adentram na escola regular desafiam professores/as e a escola a mudar o currículo, a encontrar novas formas de ensinar, de se relacionar e de se comunicar. Quando isto não acontece os Surdos ficam na sala de aula apenas como seres passivos sem poderem compartilhar com os outros os seus conhecimentos.

A inclusão educacional não pode ser vista como mais uma tarefa atribuída e imposta apenas aos professores, mas as escolas e a sociedade de um modo geral, pois não basta simplesmente conhecer as leis acerca da inclusão de pessoas com deficiência e da obrigatoriedade da garantia de vagas para estas. Para a efetivação da inclusão é preciso levar em conta também os contextos social, político, escolar e da sala de aula.

Com relação ao contexto político e social é importante salientar que “cada país tem uma história, uma cultura e uma tradição educacional própria que condicionam a incidência das mudanças e a resposta a elas no sistema educacional” (MARCHESI, 2004, p.43).

Na mesma linha, o contexto escolar mostra que “o funcionamento de cada escola condiciona a viabilidade das práticas integradoras [...] não há dúvida de que cada escola tem uma ampla margem de atuação para avançar no sentido de uma maior inclusão” (MARCHESI, 2004, p.43). Para que a inclusão possa acontecer, é essencial que algumas mudanças incidam nas escolas. As principais são:

[...] A mudança para uma cultura educacional em que se valorize a igualdade entre todos os alunos, o respeito às diferenças, a participação dos pais e a incorporação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Uma mudança que potencialize a colaboração entre os professores e que defenda a flexibilização e a busca conjunta de soluções diante dos problemas apresentados pelos alunos (MARCHESI, 2004, p.45).

Carecemos tomar ciência de que na escola regular, apesar de Surdos e ouvintes conviverem em uma mesma sala de aula, tendo muitas vezes a faixa etária semelhante, eles apresentam níveis ou estágios cognitivos diferenciados; uma vez que para a pessoa Surda apreender determinado conteúdo na escola de ouvintes é necessário um processo de antecipação, verificação, inferências até chegar a uma checagem exata do conteúdo passado, porque se a escola não dispor de um intérprete o Surdo vai acomodar a aprendizagem por si só, fazendo comparações com algo já estudado anteriormente.

Torna-se um desafio propiciar relações satisfatórias entre Surdos e Ouvintes, pois para que isto venha a calhar é essencial que se proporcione, nas escolas de ouvintes, pessoas conhecedoras de LIBRAS para que viabilizem, de fato, uma comunicação entre a pessoa Surda e o/a professor/a em sala de aula.

É notório ressaltarmos que é importante fazer com que os direitos de inclusão de Surdos na escola regular sejam respeitados. Porém, isso só não basta: é fundamental o desenvolvimento nas pessoas Surdas de um conhecimento que os levem a serem cidadãos competentes e dotados de informações que os proporcionem um crescimento não somente pessoal, mas profissional. Soares e Lacerda (2004, p.129) nos diz que,

Em contextos em que há inserção do surdo na classe comum, alguns profissionais têm buscado atender, ainda que minimamente, às necessidades linguísticas das crianças surdas. Para tal, opta-se pela inserção conjunta de um intérprete de língua de sinais na sala de aula (SOARES & LACERDA 2004, p.129).

Nessa perspectiva, os sujeitos Surdos não precisam apenas de que sejam reparadas e trabalhadas suas necessidades linguísticas. Mas, que seja levada em consideração também a

organização na qual estão inseridos e as possibilidades da inclusão; isto implica em repensar a proposta pedagógica e curricular da escola para que os Surdos sejam reconhecidos em sua complexidade e tenham suas necessidades educativas e sociais atendidas, não apenas camuflada.

A política inclusivista, para Soares e Lacerda (2004, p.142), “é significativa, justamente porque, como política oficial tem sido vista positivamente por quem a prega e se tem revelado como uma realidade mascarada para quem a vive, precisando urgentemente ser repensada”.

Para entendermos melhor esse aspecto, devemos recorrer a Marchesi (2004, p.29), este relata que “há o risco de considerar que as escolas inclusivas, capazes de integrar todos os alunos sem nenhum tipo de exclusão no currículo comum é uma utopia inalcançável”.

Diante desse contexto, é importante ressaltarmos que as práticas que subjazem aos sistemas educacionais não têm concebido o direito à educação dos Surdos, uma vez que a inclusão escolar apenas tem sido implementada para fazer com que a lei seja respeitada, mas as escolas ainda continuam apresentando enormes barreiras para a viabilização da inclusão tão almejada e pouco exercida.

Segundo Placer (apud DORZIAT 2011, p.46),

[...] o outro, para nós, já não é um desafio, não é um sujeito enigmático, ao contrário, o outro só aparece em cena como objeto de ação, reparação, regulação, só para detectar, registrar suas semelhanças e diferenças. Na verdade, a inclusão em vigor se caracteriza exatamente pelo fato de ignorar o outro.

Observemos que este caso ocorre justamente pela desconsideração com a diferença linguística na sala de aula, onde os/as Surdo/as por representarem a minoria não há interesse com o uso da Língua de Sinais pelos ouvintes, porque para eles talvez não seja muito favorável, enquanto que para os Surdos tal linguagem é imprescindível. Isto nos leva a crer que esse processo de inclusão, tão falado, hoje é repleto de controvérsias e tem trazido implicações negativas para o Surdo.

1.3 Aspectos históricos da inclusão escolar no Brasil, na Paraíba e em Campina Grande

Conhecer a história da educação dos Surdos, bem como suas frequentes exclusões nos espaços educacionais, serve de suporte para analisarmos criticamente as consequências que essa situação traz no desenvolvimento desses sujeitos. No Brasil, o atendimento a alunos

Surdos ocorreu graças aos esforços de Ernesto Huet e seu irmão. Em 1856 - 1857, originou-se o Imperial Instituto dos Meninos surdos-mudos. Tal fato foi um marco para a Educação de Surdos no Brasil.

Após cem anos de sua fundação passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – em 1857. Este instituto utilizou a Língua de Sinais, no início, porém, em 1911 estabeleceu-se o oralismo puro, com proibições da Língua de Sinais. “Mas os surdos nunca deixaram de utilizá-la nos momentos informais de suas vidas”, como ressalta Costa (2008, p. 3).

A criação do INES abriu possibilidades de discussão da educação de Surdos. Em 1935 a Escola Estadual Instituto Pestalozzi prestou atendimento a alunos Surdos.

No fim da década de 70 chegou ao Brasil a Comunicação Total por intermédio da educadora de Surdos Ivete Vasconcelos, da Universidade de Gallaudet, localizada em Washington, Estados Unidos. Na década de 80 começaram as pesquisas sobre o bilinguismo no Brasil, a partir de estudos realizados pela professora Lucinda Ferreira Brito sobre LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (LIMA apud SANTANA, 2004, p.17).

Devemos enfatizar que a exclusão sempre esteve presentes na vida dos alunos Surdos, mesmo quando se estabeleceu a obrigatoriedade de vagas para essas pessoas, eles não puderam usufruir em sua totalidade.

A nível nacional também foram criadas campanhas em prol do atendimento educacional a pessoa Surda. Tem como destaque a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro- C.E.S. B- pelo Decreto Federal nº 42.728/57. Essa tinha por finalidade promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o território nacional (MAZZOTA, 2005, cf. p.49-50). Nos diz o mesmo autor, citando um outro estudioso: Lemos (1981), que isto pode talvez ter confundido suas atividades com as do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Alguns anos depois a campanha foi desativada pela supressão de dotações orçamentárias (apud MAZZOTA, 2005, p.50).

Não obstante, constata-se hoje a dificuldade de aceitação dos Surdos, não somente no ambiente educativo regular, mas em todos os espaços sociais. Isto ocorre pela falta de comunicação apresentada entre Surdos e ouvintes. Assim sendo, os Surdos, muitas vezes, deixam de receber os conhecimentos de que necessitam para o seu enriquecimento e aprofundamento do saber. Sempre houve um enfrentamento das pessoas Surdas para terem atendidas suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento, sem apenas ter que contar com filantropia para que sejam considerados como pessoas.

Na Paraíba as preocupações com relação à educação de Surdos iniciaram-se a partir dos anos 80, quando a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, atual UFCG em Campina Grande, criou a Habilitação para Educação dos Deficientes da Audiocomunicação – EDAC. Essa proposta tinha a intenção de preparar a pessoa Surda para uma convivência social, trabalhava-se com base na linha da oralização.

A Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima – EDAC, em Campina Grande, inicialmente foi criada como um campo de estágio para as formandas com habilitação em EDAC, mas hoje é uma escola que atende a alunos Surdos oriundos da cidade de Campina Grande e das cidades circunvizinhas.

Os estudos a respeito da surdez levaram algumas professoras da atual Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – e da Escola de Surdos – EDAC – a repensar a educação de Surdos e buscar diversas melhorias nessa área, começando, assim, a luta por uma educação baseada no respeito à diferença linguística e cultural que defende a liberdade de expressão dos Surdos e seus direitos de escolha por escolas bilíngues.

O início da década de 90 foi marcado pela filosofia da Comunicação Total, porém, os estudos sobre a língua de sinais e sobre a pessoa Surda possibilitou que se firmasse uma nova perspectiva na educação de Surdos em Campina Grande a, perspectiva bilíngue – bicultural.

Hoje, algumas poucas cidades na Paraíba, tem uma preocupação com a educação de Surdos, nesta destacamos as cidades de Aroeiras e Gado Bravo, que empenham-se no ensino de Surdos numa perspectiva bilíngue na qual os Surdos têm como primeira língua a LIBRAS – L1 – e a língua de instrução. Tudo isso com respaldos nos direitos humanos e linguísticos. Vale salientarmos que isso é algo raríssimo, pois nem todas as cidades da Paraíba tem essa preocupação com a inclusão de Surdos numa perspectiva bilíngue.

1.4 Política de Educação inclusiva

No Brasil as primeiras iniciativas de atendimento as pessoas com deficiência foram concretizadas ainda no período imperial, mais precisamente em 1950. Isto, somente foi feito mediante o Decreto Imperial nº 1.428, pelo então imperador D. Pedro II. Pois até então, segundo Bueno (apud CARDOSO, 2003.p.18), no Brasil, praticamente não se falava em Educação Especial, mas na educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais (ANEE). Contudo, profundas transformações têm ocorrido desde a década de cinquenta (50), quando os movimentos sociais vêm reivindicando, lutando por mais igualdade entre todos os cidadãos em busca da superação de qualquer tipo de discriminação.

A análise dos instrumentos legais e normativos voltados à inclusão das pessoas com deficiências – aqui destacamos os Surdos – surge com o intuito de buscar novos caminhos para a promoção de uma educação inclusiva, na qual todos os sujeitos tenham o direito a uma educação de qualidade e igualitária.

Convém registrarmos que o direito a inclusão de todas as pessoas está pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que declara em seu artigo VI que “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”.

Diz ainda no artigo VII que “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Apoiando-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, esse direito passa, no entanto, a ser considerado institucional, e dar ênfase ao direito à educação de todos, direito este fundamental e fixado, ainda, como dever do Estado. No capítulo III, do artigo 205, assinala que,

[...] a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (MAZZOTA, 2005, p.77).

O que, aliás, já no artigo 208 da mesma Lei é identificado como um dos princípios em que convencionamos a responsabilidade de que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (MAZZOTA, 2005, p.77).

Tal questão também é reafirmada em um dos fundamentos da Constituição Federativa do Brasil, título VIII, da ordem social em seu artigo 208 diz que “o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2001, p.10).

O documento resultante do Plano Decenal de Educação deveria permitir que países, no prazo de dez anos, propiciassem uma educação em que todos estivessem inclusos, como os Surdos, por exemplo, que durante décadas foram e ainda são excluídos do espaço educativo regular no qual até os dias de hoje é perceptível uma falta de interesse, por parte dos governantes, em melhorar as condições de trabalho dos professores/as.

Outro documento, o mais importante para os Surdos, é a Declaração de Salamanca, que foi um apontamento resultante de encontro proferido na Espanha. Este, originário da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, ocorrido nos anos noventa (90). A Declaração de Salamanca estabelece que os governos:

- a) Atribua a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- b) Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma;
- c) Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organização de pessoas portadoras de deficiência nos processos de planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais [...] (CARNEIRO 2005, pp.41-42).

Mesmo que saibamos que o direito de todos a educação seja uma meta a ser perseguida, reconhecemos que já se passaram vários anos da Declaração de Salamanca e os objetivos nem do supracitado documento, nem do Plano Decenal de Educação foram atingidos, já que poucas mudanças ocorreram nas últimas décadas.

Com base neste discurso, a LDB no artigo 4º, inciso III, da lei nº 9.394/96, retoma o questionamento ao estabelecer as diretrizes e bases da Educação nacional em que destaca e dá uma enorme importância a inclusão de alunos Surdos em escolas que oferecem o atendimento a esses sujeitos. O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (BRASIL, 2001, p.14).

As observações aqui apresentadas não apontam as diminuições validadas da política traçada na Lei de Diretrizes e Bases, pois apenas registram sua direção. Uma escola inclusiva deve buscar orientações e a delimitar de campos de ação a procura de uma educação de qualidade que se assegurem para as pessoas Surdas uma boa aprendizagem. Sabemos que é preciso garantir aos alunos Surdos uma educação de qualidade e realizar as modificações cogentes para se certificar que o pretendido seja concretizado.

Então, para que a escola seja inclusiva é indispensável que haja o cumprimento do que determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Declaração de Salamanca e muitos outros documentos legais.

Faz-se necessário comentarmos que em lei muitas conquistas foram alcançadas. Entretanto, precisamos garantir que as mesmas possam ser efetivadas na prática do cotidiano escolar, uma vez que as escolas não têm conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a continuação e o sucesso de todos os alunos Surdos no espaço da sala de aula do ensino regular.

1.5 A Língua de Sinais no processo de inclusão escolar

A língua de sinais é a forma que as comunidades Surdas e pessoas que não são Surdas, mas que dominam essa língua utilizam para comunicar-se. Esta linguagem apresenta as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística², pois através desta língua os sujeitos transmitem uma forma de comunicação que possibilita o outro entender, ora através da modalidade visuogestual, ora por meio da escrita (BRASIL, 2004, p.08).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua utilizada pelas comunidades Surdas. Esta sigla é difundida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS).

A língua de sinais é preponderante para a construção da identidade dos sujeitos Surdos, visto que o uso desta linguagem é facilitador para o processo de interação dessas pessoas na sociedade. A língua de sinais é uma língua falada na modalidade gesto visual pelos Surdos que vivem em comunidade.

De acordo com a Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, entendem-se como LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (ALVES et al, 2011, p.178).

A Língua de Sinais é essencial quando tratamos de inclusão, pois o conhecimento dessa língua pela comunidade Surda garante com que sejam respeitadas suas diferenças e que estes se reconheçam e tenha uma identidade própria. Isto faz com que os Surdos convivam de forma mais igualitária e possam desenvolver-se enquanto cidadãos.

² Linguística - É a ciência da linguagem humana.

Para que um professor ou uma professora possa comunicar-se com os Surdos, a língua de sinais se apresenta como imprescindível para garantir uma aprendizagem eficaz. Segundo Sacks (1998, p.22), ser deficiente de linguagem “chega a ser uma calamidade, porque é por meio da linguagem que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que comunicamos livremente com nossos semelhantes adquirimos e compartilhamos informações”.

Assim como a Língua de Sinais (LS), o Intérprete de Língua de Sinais (ILS³), também é importantíssimo no espaço em que o surdo esteja, pois é o ILS que vai mediar o conhecimento para que os surdos venham a inserir-se no espaço próprio para ouvintes. De acordo com Perlim (apud DORZIAT 2009, p. 72), “os ILS são intérpretes também da cultura, da língua, da história, dos movimentos, da subjetividade surda [...] sendo o ILS imprescindível para a inserção de alunos surdos em sala de aula do ensino regular”.

O ILS pode contribuir para que os diferentes estabeleçam relações sociais diversificadas, o que é de extrema importância à autoestima, como também para a aprendizagem que pode ser realizada com uma inter-relação com os demais.

É imprescindível que tenha na escola inclusiva o intérprete de língua de sinais, porque são eles que vão permitir que os Surdos possam compreender os conhecimentos transmitidos pelos/as professores/as ouvintes para sanar as barreiras existentes no setor educativo com o intuito de possibilitar o desenvolvimento integral dos Surdos. Visto que neste espaço as informações as quais os Surdos têm acesso estão aquém do que é transmitido para os ouvintes.

A língua de sinais, assim como a língua oral, contribui decisivamente para o desenvolvimento interacional e cognitivo dos sujeitos surdos, pois garante uma maior satisfação dos Surdos e possibilita uma melhor relação com os ouvintes e com outros Surdos.

A língua de sinais, funcionalmente, é o único meio capaz de substituir a língua oral utilizada pelos ouvintes. Na prática pedagógica existem poucas experiências no que concerne ao uso da língua de sinais, pois fica restrita apenas aos sujeitos Surdos ou às pessoas interessadas. Para que haja realmente a interação linguística é preciso que as pessoas do meio educacional usem efetivamente a língua de sinais.

³Intérprete de Língua de Sinais-Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Ver BRASIL, Ministério da educação. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial, 2004.p.11.



CAPITULO 2

2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaír sensibilidade para aprender . Ser um mestre inesquecível é formar seres humanos que farão diferença no mundo.

Augusto Cury

2.1 Papel dos professores no processo de educação inclusiva

A educação pública do nosso país hoje enfrenta um momento crítico e assistimos a uma crise com proporções significativas, na medida em que as salas de aula estão superlotadas e os/as professores/as não dispõem de tempo para a formação continuada e muitas vezes a escola não disponibiliza. Deste modo, buscar uma escola pública regular, que possibilite uma educação para todos e de qualidade, parece ser, na contemporaneidade, uma utopia.

No dizer de Carneiro (2005), a educação inclusiva pode ser classificada como:

[...] Conjunto de processos educacionais decorrente de execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Estas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independente de suas particularidades [...] (CARNEIRO, 2005.p.30).

Percebemos, dessa forma, que a educação inclusiva enfatiza a necessidade de incluir todos no espaço escolar apesar das dificuldades existentes. O que está havendo, na verdade, é uma confusão no sentido de incluir, uma vez que as pessoas pensam exclusivamente que tal conceito diz respeito ao ato de se colocar o/a aluno/a na sala de aula e ponto final.

Dorziat (1999) ressalta que a prática pedagógica é construída a partir das concepções de sociedade, individuo e ensino dos sujeitos que aprendem, interpretam e atuam sobre essa prática.

A inclusão engloba educadores e comunidade escolar que devem ter como objetivo não a quantidade de pessoas que vão ser incluídas na escola regular, mas a qualidade do atendimento que será oferecido, para que o processo de inclusão não se torne processo de exclusão.

[...] reconhecer a diferença é reconhecer, sobretudo, as potencialidades dos alunos. Além desse reconhecimento, a viabilização de um ensino democrático requer que haja reflexão sobre a sociedade a que se destinam os esforços educativos, no sentido de que sejam proporcionadas igualdade de oportunidades, por meio da desmistificação das relações de poder presentes também nos micro espaços sociais (DORZIAT 2009, p. 69).

Construir uma educação na diversidade significa respeitar as diferenças, pois cada ser humano é único e tem suas especificidades e particularidades que devem ser ao menos respeitadas, mesmo que não seja aceita.

É válido enfocarmos o fato de que a exclusão sempre esteve presente na vida dos Surdos, mesmo quando se estabeleceu a obrigatoriedade de vagas para essas pessoas, eles não puderam usufruir em sua totalidade, já que as condições desse atendimento sempre foram precárias. Sabemos que os Surdos têm direito a uma educação de qualidade, o que não é respeitado, pois a exigência na legalidade em incluir esses sujeitos na escola, dando-lhes o direito a educação, não é condição suficiente para isto ser assegurado.

Tomando a inclusão como uma iniciativa que está ligada à modificação das estruturas e do funcionamento das escolas, torna-se imprescindível compreender que estas instituições precisam abrir espaços para as diferenças.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, Educação Básica, fomentam que,

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino [...] (BRASIL, 2001, p.30).

Tal fato hoje parece ser uma utopia, já que sabemos que as escolas brasileiras não dispõem de condições para receber pessoas Surdas. Apesar da inclusão ser gradativa, devemos ter em mente que ela anda a passos lentos. No decorrer dessa caminhada, os mais prejudicados são os Surdos que têm que se habituar a escola de ouvintes, mesmo quando esta não ofereça condições práticas que possam garantir uma aprendizagem adequada. De modo que, são escolas que levam em conta um ensino no qual os ouvintes são maioria e têm prioridade, porque a escola é preparada para ouvintes. Na verdade, é preciso reconhecer a dificuldade de incluir Surdos na escola regular, uma vez que sua efetivação requer comprometimento de todos os segmentos do espaço educacional.

É necessário, portanto, termos em mente que incluir um Surdo em escolas comuns não é tarefa fácil, ainda mais quando esta não tem realmente professores com formação adequada. Nesse caso, a escola não contribui de forma decisiva para a aceitação da diversidade, já que no âmbito escolar estão presentes mecanismos que possibilitam a exclusão.

O binômio inclusão/exclusão não pode ser mais pensado como forma antagônica, onde a exclusão sustenta-se pelo contrário, pela sua posição; onde ser excluído e antônimo de ser incluído. Incluídos e excluídos fazem parte de uma mesma rede de poder [...] são faces da mesma moeda (LUNARDI apud LIMA 2011, p.149).

Sabendo de tudo isso, acreditamos que para a superação da exclusão é preciso uma reflexão acerca dos problemas advindos da escola para assim procurar soluções que possam oportunizar a os Surdos o direito à educação e o respeito à diferença. Isto implica em repensar os modos como os surdos são vistos no contexto social.

Consideremos que a não aceitação dos Surdos não é responsabilidade apenas dos professores e escolas, mas de um processo de exclusão que dura séculos, afastando a cada dia os Surdos dos direito a educação e dos espaços sociais onde são tidos por meio de suas individualidades e não pelo que são capazes de fazer.

Visto desta forma, as escolas precisam promover uma educação com qualidade, permitindo não somente a inserção dos alunos Surdos no ensino regular, mas garantir que a aprendizagem seja feita de forma visível, fazendo com que os Surdos possam participar com mais autonomia da construção do seu próprio conhecimento e assim permitindo que o respeito à diferença na escola comum não seja mais uma utopia.

Para que o Surdo seja integrado na escola comum são necessárias profundas mudanças nas escolas, e principalmente, nas salas de aula. Faz-se necessário reconhecer que as enormes dificuldades surgirão no âmbito da educação inclusiva e que impedirão o avanço nessa direção. O que se deseja é que as escolas tenham condições reais para receber esses alunos e garantir-lhes um atendimento de qualidade.

De acordo com Strobel (2008, p.96), “[...] os próprios sujeitos surdos começam a exigir seus espaços, sua representação de diferença cultural linguística [...] quando comentamos em “incluir”, obviamente é porque têm sujeitos que estão “excluídos”, isto é, estão fora”.

Nesse sentido, o Documento Subsidiário à Política de Inclusão do Ministério da Educação e Cultura aponta que “uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais” (PAULON, 2005, p. 7).

Esta colocação demonstra o quanto é pertinente o documento, pois para se conhecer, e para que seja efetivado o processo de inclusão, é importante analisar os aspectos do contexto social como um todo. Sendo assim, a política de inclusão precisa evoluir bastante.

É importante refletir e questionar até que ponto é possível incluir um Surdo. Porque devemos compreender que a almejada inclusão estar amarrada de vários fatores, entre eles, as

condições nas quais acontece esta inclusão e em que medida possibilita uma aprendizagem significativa e repleta de significados para as pessoas Surdas.

2.2 Escola regular versus inclusão escolar

O horizonte da inclusão implica mudanças significativas. Uma delas diz respeito ao desafio que se coloca para as escolas regulares em construir coletivamente as condições para atender a alunos Surdos. As escolas regulares, com orientação para a educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate as atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos, como está posto na Declaração de Salamanca (apud CARDOSO, 2003, pp. 21-22). A educação da pessoa Surda não é fácil e supõe um conjunto de decisões ao longo do processo de ensino, uma vez que esses sujeitos necessitam desenvolver-se em diversos aspectos, seja na forma de comunicar-se, seja no tipo de escolarização oferecida, seja socialmente.

Entende-se por escolar regular a reunião de escolas comuns vinculadas a um sistema de ensino e cuja autorização de funcionamento se dá nos termos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). (CARNEIRO, 2005, p.32).

A escola regular tem papel importante na solução destes problemas, uma vez que ao possibilitar ao alunado Surdo o direito de acesso e permanência, deverá também abrir portas para a aceitação destes em sua nova realidade, fazendo com que não sejam apenas integrados, mas inclusos. Isto significa dizer, que as escolas precisam criar condições para que os Surdos possam receber uma educação de qualidade e frequentar aulas regulares, tendo a oportunidade de adquirir habilidades necessárias à vida social.

Diz-se que as escolas inclusivas baseiam-se “na Declaração Universal dos Direitos Humanos: os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não segregador que se prolongue posteriormente na integração à sociedade para a todos os alunos, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais” (MARCHESI, 2004, p.26).

A escola inclusiva deve ir muito além da mera inserção dos Surdos. Implica, sobretudo, repensar o modo como se dá tal inclusão, já que a exclusão por assim dizer vem causando descontentamento e é motivo de vários debates, pois se a educação é uma questão de direitos humanos e os Surdos têm esses direitos que deviam ser respeitados? Como também não sabemos o porquê do governo não oferece condições para que escolas e professores/as possam garantir que o sentido da inclusão seja, de fato, concretizado.

É preciso, a nosso ver, estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado, podendo colaborar como funcionamento, organização, currículo, a fim de incluir todos os alunos e dá-lhes condições reais de aprendizagem. Mas o que normalmente vemos é que a simples inserção de alunos Surdos em sala de aula regular, não corresponde a benefícios de aprendizagem.

Perante tais questões, empreender essas transformações é necessário para que uma educação inclusiva se concretize, mas precisamos ter em mente que isso é tarefa de todos.

Contudo, o que temos visto diariamente é que quem se empenha na luta por uma educação de qualidade para os Surdos são, em sua maioria, os grupos dos Surdos que são aqueles que comumente se sentem excluídos do sistema educacional por apresentarem dificuldades de adaptação escolar e cultural e os familiares ou pessoas interessadas pelo estudo na área da surdez. Na verdade, para que os direitos dos Surdos sejam atendidos é indispensável, primordialmente, que na escola comum seja desenvolvida,

[...] diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva, condições essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania. Entretanto, devemos conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais, e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global (BRASIL, 2001, p.20).

Para isso, é preciso que as instituições educacionais reestruturem os sistemas de ensino, organizando para que estes possam receber os alunos/as Surdos/as e dar-lhes condições para que eles possam desenvolver os conhecimentos adquiridos a fim de tornarem sujeitos da sua própria história e conquistar o que desejam por meio de uma educação de qualidade.

Na escola inclusiva deve está explícito, no Projeto Político Pedagógico, a inclusão de pessoas com deficiência, atendendo, assim, ao princípio de flexibilização para que o acesso ao currículo seja adequado às condições de cada discente, respeitando seus limites e favorecendo seu progresso escolar, sob o enfoque do desenvolvimento e da aprendizagem de cada sujeito.

Para que a inclusão seja viabilizada é preciso que a escola recorra a uma equipe multiprofissional. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

A composição dessa equipe pode abranger profissionais de uma determinada instituição ou profissionais de instituições diferentes. Cabe aos gestores educacionais buscar essa equipe multiprofissional em outra escola do sistema educacional ou na comunidade, o que se pode concretizar por meio de parcerias e convênios entre Secretaria de Educação e outros órgãos, governamentais ou não (BRASIL, 2001, p.35).

É necessário também que a escola esteja constituída de recursos humanos, materiais e financeiros que deem a sustentação da qual os Surdos necessitam para a construção de uma educação inclusiva.

Procurando reconhecer as dificuldades e potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem do aluno Surdo, a fim de identificar que tipo de ensino este educando requer e que recursos são necessários para conseguir uma educação no contexto mais integrador possível, abrindo possibilidades à integração de Surdos e ouvintes na escola regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.24) profere que “a educação, ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, busca estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, sem máscaras, refletindo um dos tópicos mais importantes para humanidade [...]”.

A situação em que as escolas públicas encontram-se é bem precária. Então, antes de dar-lhe a tarefa de incluir é preciso também dar condições para que esta possa assumir esse compromisso.

Algumas discussões teóricas a respeito da inclusão explicitam, entre outros princípios, o de que “o conceito de escolas inclusivas supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos e baseia-se fundamentalmente na defesa dos seus direitos à integração” (MARCHESI, 2004, p.15).

Admitir o surgimento de salas de aulas inclusivas hoje tem sido um desafio, já que as instituições educativas tomam como base a filosofia segundo a qual todos os sujeitos têm a oportunidade de aprender, como também sentir-se parte integrante da vida escolar e comunitária.

É sabido que a implantação de propostas com vista à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de formação de professores, no currículo escolar, nas metodologias educacionais, juntamente com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam a necessidade de todos os/as alunos/as.



CAPITULO 3

3. CAMINHOS PERCORRIDOS

O objetivo que nos cabe alcançar é legitimar o caminho a ser percorrido para a garantia dos direitos e deveres dos cidadãos surdos, especialmente a nós, que estamos diretamente envolvidos neste convívio e, por isso mesmo, melhor observamos, participamos e atuamos de modo mais objetivo em seu cotidiano, acompanhando os passos, as dificuldades, os sucessos e os fracassos desse percurso.

Eulália Fernandes

3.1 Classificando a pesquisa e apresentando os procedimentos

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, pode ser definida como um estudo de natureza exploratória e descritiva. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória porque “têm como objetivo tornar mais explícitos os vários aspectos dos fatos e fenômenos que se deseja conhecer” (CARVALHO, 2008, p.131). É pesquisa descritiva porque busca, após a coleta, trato e análise dos dados apresentar os resultados, “[...] as características [...] de determinado fenômeno ou, ainda objetiva o estudo de relações ações entre variáveis [de forma descritiva], sendo que algumas pesquisas descritivas aprofundam as análises para determinar a natureza dessas relações”, que é a proposta deste estudo (CARVALHO, 2008, p.131).

Quanto a pergunta e aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como do tipo Estudo de Caso, já que objetiva conhecer profundamente uma dada situação, esclarecer e “aprofundar conhecimentos ou conceitos e ideias com o intuito de solucionar problemas, responder perguntas ou testar hipóteses” (cf. MOREIRA & CALLEFE, 2006, p.77).

Por se tratar de uma pesquisa educacional, priorizamos a abordagem de caráter qualitativa. Para alicerçar os fundamentos teóricos e legais, desenvolvemos nosso estudo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental em busca do que se produziu sobre a inclusão da pessoa Surda na escola regular. Foi a partir deste estudo que construímos os dois primeiros capítulos.

Para a edificação do capítulo empírico, usamos também o método etnográfico como meio de atingir os objetivos propostos, por ser este o que melhor nos permite “compreender profundamente o fenômeno a ser estudado em sua complexidade e totalidade”, conforme concebe André (2005, p.31). A coleta também se apoiou na técnica da observação e nas entrevistas (semiestruturadas) e no registro audiovisual dos aspectos observados em sala de aula. Vejamos a seguir os caminhos percorridos para obtenção dos dados.

A observação na sala de aula do ensino regular buscou revelar quais as possibilidades e desafios enfrentados pelas professoras no que corresponde ao processo de inclusão. A

observação foi a primeira técnica utilizada, porque nos possibilitou “levar em consideração várias facetas de uma determinada situação, sem isolá-las uma das outras”, como afirmam Laville & Dionne (1999, p.180-181). Foram observados alunos ouvintes, aluna Surda, professora e suas práticas cotidianas. Isto nos ajudou a estabelecer uma relação de maior proximidade com os sujeitos pesquisados, possibilitando, assim, extrair informações e opiniões quanto às expectativas e dificuldades encontradas com relação ao processo de inclusão. Através desse procedimento pudemos captar dados significativos para compreendermos melhor as ideias e as teorias que retratam a inclusão.

Da pesquisa de campo participaram duas professoras que atendem a aluna Surda na escola regular. A amostra escolhida para a realização da pesquisa foi, a princípio aleatória, visto a busca ser por uma escola que tivesse em seu quadro discentes *Surdos* incluídos na escola regular. Neste sentido, a escolha se deu a partir do quadro apresentado na Secretaria de Educação de Campina Grande (SEDUC/CG). Após a escolha da escola, foi feita pela pesquisadora a opção pela amostra da pesquisa, pois foram estes segmentos que estavam presentes cotidianamente com o objeto de pesquisa.

As entrevistas com os/as pesquisados/as foram realizadas separadamente. Primeiro entrevistamos uma professora antes do intervalo, e depois do intervalo entrevistamos a segunda professora. Isso se deu em uma sala disponibilizada pela direção da escola, esta sala ficava um pouco afastada das outras para podermos ouvir melhor as falas sem nenhuma interrupção. Para todas as entrevistas usamos como suporte um roteiro previamente elaborado, contando com dez perguntas para as professoras. As entrevistas foram feitas na modalidade oral e gravadas em áudio.

De posse das entrevistas gravadas, buscamos ouvir cada uma várias vezes e transcrever, estas foram feitas na íntegra, como meio de acatar os depoimentos dos pesquisados. Posteriormente, levadas as mesmas para que pudessem observar suas respectivas respostas.

3.2 Caracterização da escola pesquisada

Como tema concernente a “Inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular: possibilidades e desafios” procuramos um campo de estudo para realizar a pesquisa. Como foi dito no item anterior, nos direcionamos à Secretaria de Educação do Município de Campina Grande – SEDUC, onde nos foi repassado o nome de algumas escolas, nas quais se encontrava no quadro discente alunos Surdos. A primeira escola que procuramos ficava no bairro do Catolé e foi escolhida dentre as cinco que nos repassaram, porque esta era mais

acessível à pesquisadora em decorrência da localização. Para a qual fomos durante cinco dias consecutivos e não tivemos sucesso. Os segmentos daquela instituição afirmaram ter em seu quadro discente uma pessoa Surda, no entanto, quando perguntávamos se podíamos realizar a pesquisa naquele estabelecimento, os sujeitos nos diziam que deveríamos falar com a direção da escola. Ao falar com a direção, esta solicitava que esperássemos um pouco, já que estava ocupada com uns eventos da escola e não podia atender naquele momento, assim fazíamos. Todavia, ao conseguirmos conversar com a mesma, esta convocou a coordenadora e juntas decidiram que a pesquisadora deveria entrar em contato com a diretora adjunta, que somente se encontrava na escola no turno da tarde, sendo este também o horário em que estudava a aluna Surda.

No dia seguinte, fomos novamente à escola. Chegando lá a diretora adjunta nos informou que deveríamos falar com a professora. Mas, infelizmente, não foi possível o contato com a educadora porque naquele dia a mesma iria sair para resolver algo do interesse da escola. Desta forma, marcamos a conversa para o outro dia. No dia seguinte, quando fomos à procura da professora indicada, nos foi comunicado que a mesma havia saído, ficando o encontro para o próximo dia. No quarto dia disseram-nos que a professora indicada havia ido a um encontro sobre a Provinha Brasil, assim nos orientaram ligar no dia seguinte antes de ir à escola. No quinto dia, ligamos por duas vezes e não conseguimos falar, na terceira ligação para a escola nos foi informado que a diretora adjunta havia saído. Aquela situação terminou por causar aborrecimento e optamos por procurar outro estabelecimento, um que nos acolhesse.

Por conseguinte, nos dirigimos para uma segunda escola localizada no bairro de Bodocongó. Esta foi a segunda instituição que procuramos. Isto se deu no mês de outubro. Chegando ao estabelecimento de ensino, procuramos a diretora e apresentamos a proposta da pesquisa em questão e a recepção foi muito boa. Em seguida a mesma conversou com as professoras da turma a qual a aluna Surda se encontrava “incluída” e estas nos permitiram a realização da pesquisa. Ficou acertado que iríamos à escola duas vezes por semana até o término da pesquisa e em alguns eventos que acontecessem naquela instituição.

No mês de novembro depois de tantas idas e vindas conseguimos começar nosso estudo na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, localizada na Rua Antônio Vieira da Rocha, nº 335 – Bairro do Bodocongó, em Campina Grande/PB, onde é oferecido o atendimento a uma aluna Surda matriculada numa turma do 5º (quinto) ano, cuja sala de aula passamos a observar no decorrer da pesquisa de campo.

A escola *locus* deste estudo foi fundada em maio de 1963, sob a tutela do Conselho Regional de Ensino. Inicialmente a escola atendia somente os filhos dos industriários e seu funcionamento acontecia basicamente no turno diurno. Isto porque a escola pertencia ao SENAI. Contudo, no ano de 2003, a escola foi municipalizada, e no ano de 2011 atendeu a 670 (seiscentos e setenta) alunos/as distribuídos/as nos turnos da manhã e da tarde. O nome da escola foi uma homenagem a um industrial de couro, o Senhor Manoel Francisco da Motta. Atualmente a escola funciona no horário diurno com Educação Infantil, 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A estrutura física da escola encontra-se composta da seguinte forma: 01 (uma) secretaria com banheiro; 01 (uma) sala da direção; 01 (uma) sala de professores; 05 (cinco) sanitários femininos e 05 (cinco) sanitários masculinos – aguardando reforma por parte por parte do SEDUC/ CG para tornar-se mais acessível às pessoas com deficiência; 01 (uma) sala de leitura com acervo significativo; 01 (um) pátio; 01 (uma) cozinha; 12 (doze) salas de aula (duas delas com banheiro); 01 (uma) secretaria utilizada pelo SESI; 01 (uma) sala de professores/as utilizada pelo SESI e 01 (uma) pracinha com bancos de alvenaria.

A escola conta com um ambiente alfabetizador bem propício aos educandos, com livros de literatura infantil, jogos e outros materiais pedagógicos. Os alunos do pré-escolar e 1º ciclo inicial dispõem ainda de banheiro exclusivo para a turma, iluminação, insolação e ventilação, espaço para esporte e recreação, sala de leitura, entre outros.

Nesse contexto, educadores e a comunidade escolar assumem um grande papel; que é organizar o trabalho pedagógico da melhor forma possível; procurando, juntamente com a família, o desenvolvimento de cidadãos conscientes e capazes de compreender a realidade. Assim, a escola tem assumido atitudes de respeito para com o seu próximo. É preocupação da equipe técnica, administrativa, pedagógica e de apoio da escola promover uma política educacional voltada para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem para garantir um espaço democrático que permita a participação de todos os envolvidos no processo educativo. Isto implica também responsabilidade e comprometimento das instâncias que representam a comunidade escolar.

Fazem parte do corpo docente 22 (vinte e dois) professores/as. Sendo 12 (doze) efetivos, destes 08 (oito) são licenciados, três especialistas e 01 (um) com o pedagógico. A prática pedagógica, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, baseia-se no sistema de ciclos e busca a promoção do desenvolvimento de competências e habilidades básicas para a aprendizagem. Isso tem ampliado a capacidade de resolver problemas, criar estratégias e desenvolver procedimentos que contribuam para troca de ideias e para expressão

oral, promovendo, ainda, a escuta, a empatia, a interação, o autoconhecimento e a capacidade de tomar decisões, trabalhando a diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças no modo de pensar de cada aluno e preparando-os para aprender a aprender.

Quanto a parte técnica administrativa. Esta é composta por um gestor e um adjunto. Já a técnica pedagógica é composta por quatro profissionais, são eles: uma supervisora; duas orientadoras educacionais; um assistente social.

3.3 Projeto Pedagógico da escola

A Escola Municipal Manoel Francisco da Motta considera que uma escola somente é cidadã quando utiliza como princípio básico a democracia, assumindo uma prática de colaboração entre os que a compõem, primando pelo bom relacionamento e pelo acesso aos processos do desenvolvimento do trabalho desempenhado. Contudo, para que a proposta pedagógica seja de fato vivenciada, a escola necessita da participação ativa dos seus representantes, ou seja, de todos os segmentos da instituição, procurando superar os problemas presentes no cotidiano. Sendo indispensável à participação dos pais. Esta acontece mediante contato direto com a escola.

Quanto aos objetivos, a instituição deseja construir uma escola pública que eduque para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento de transformação social. Busca-se também estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que induzam a instituição a desenvolver conhecimentos com bases em teorias educacionais atuais que levam em conta o que os educandos são capazes de realizar e transformar. Especificadamente, a escola em questão almeja promover planejamento mensal para dar um melhor direcionamento às ações desenvolvidas. E com isso favorecer momentos para socialização de conhecimentos relacionados aos programas desenvolvidos na instituição. Como também realiza monitoramento sistemático junto ao corpo discente na tentativa de superar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem e procura desenvolver atividades sistematizadas com a família dos educandos a fim de promover a interação com a comunidade.

Os conteúdos abordados no PPP, tais como o conhecimento de artes, o sistema político, o domínio da escrita e do cálculo são efetivamente desenvolvidos na escola. Estes buscam promover o desenvolvimento de competências e habilidades básicas para a aprendizagem, ampliando a capacidade de resolver problemas, criar estratégias e desenvolver procedimentos que contribuam para a troca de experiências. Para isto, faz-se necessário buscar o horizonte da escola democrática e inclusiva, acolhendo todos os sujeitos de forma a ensinar-lhes conteúdos

socialmente significativos. Possibilitando que a relação entre professor-aluno praticada na escola consista na troca de conhecimento e respeito.

Apesar de tudo que está posto no PPP, voltado para o reconhecimento das diferenças tomando com foco o ensino – aprendizagem, a nosso ver, na escola *locus* da pesquisa não acontece de forma eficaz uma proposta de educar para diferença, já que a pessoa Surda “incluída” não recebia os atendimentos necessários para o desenvolvimento do seu conhecimento. A escola valoriza sim a diferença, mas não oferece condições para que o sujeito se sinta valorizado, visto que no caso dos Surdos estes não têm suas necessidades de ensino – aprendizagem priorizada.

A proposta de ensino – aprendizagem desenvolvida na escola campo de pesquisa se edifica a partir do sistema de ciclos e leva em conta a vivência dos alunos. A proposta é prepará-los para a vida, formando cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, tendo como base os princípios e valores cristãos, além dos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

A Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, a partir da construção do PPP, pretende resolver alguns problemas surgidos no âmbito da mesma. Esta tem como metas principais acompanhar o desenvolvimento de atividades que visem reduzir as dificuldades de aprendizagem dos educandos das turmas do Ensino Fundamental do 1º e 2º ciclos e realizar planejamentos quando necessário para discutir acerca dos conteúdos mais significativos a serem trabalhados nas diversas áreas de conhecimento, visando a formação dos educandos quanto a prática da cidadania. E como forma de juntar os pais promoverá também encontros para discutir os avanços e as dificuldades dos alunos, conscientizando-os do processo educativo, entre outros.

De acordo com as observações realizadas, notamos que a escola campo de pesquisa utiliza, no decorrer da prática pedagógica, os critérios e metas estabelecidas no PPP, com exceção das ações destinadas ao atendimento da pessoa Surda. Uma vez que na sala de aula na qual presenciamos a prática das professoras, vimos que o como ensinar ainda se apoia numa visão de educação baseada, na maioria das vezes, no padrão de homogeneidade, pois em diversos episódios, como veremos mais a frente, às educadoras utilizavam uma forma de ensinar que não permitia à pessoa Surda o acesso aos saberes importantes para todo ser humano. Isto poderia ser amenizado pela presença de um Intérprete de Língua de Sinais, tal posição auxiliaria muito a pessoa “incluída” a sentir-se um pouco acolhida e ter o direito de ser diferente enquanto sujeito que possui uma linguagem própria que é a Língua de Sinais.

De outro modo, vimos também que a escola consente a pessoa Surda participar dos projetos educativos desenvolvidos na instituição. Enquanto estávamos na mesma, pudemos averiguar o desenvolvimento de um projeto tendo como ênfase a informação de alguns artistas. A turma do 5º ano ficou com a artista Cecília Meirelles. Nos momentos das explicações, de como se daria o desdobramento do projeto, a aluna Surda não entendia muito, sendo assim contava com o auxílio dos colegas de classe que tinham um pouco de compreensão sobre LIBRAS que foi ensinado pela menina Surda. Visto que a mesma estuda na escola desde 2010 (dois mil e dez) e alguns educandos, por demonstrarem um grande interesse, aprenderam bastante e nos informaram não ter dificuldade de comunicação, enquanto que as professoras nos confirmaram não saber nada de LIBRAS.



CAPITULO 4

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Um acontecimento imprevisto é o que mais facilmente provoca o pensamento: irrompe na continuidade e atrai a nossa atenção. Quebra a nossa tendência a um saber já dado. Nos obriga a começar desde o princípio. O que já tem sido pensado é insuficiente para dizer o que tem acontecido.

Chiara Zamboni

Apresentamos, neste item, os dados coletados a partir das entrevistas, bem como suas respectivas interpretações e análises. Para a análise dos dados, optamos por fazer a análise do conteúdo, pois como descreve Coutinho (s.d, p.1), “a análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” [...].

Como forma de preservar a identidade das entrevistadas, nomeamos as professoras com nomes fictícios, desse modo chamaremos de Luíza a primeira professora e de Luana a segunda.

4.1 Perfil dos participantes

A professora que nomeamos de Luíza é Graduada em Pedagogia por uma universidade particular e possui pós-graduação em formação do educador pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Esta trabalha em uma escola particular e na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta. Nesta já faz vinte e dois anos que leciona. Enquanto que Luana é Graduada em Pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia pela UEPB, respectivamente. A pesquisada leciona apenas na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta há vinte e seis anos.

4.2 Apresentando as falas dos sujeitos da pesquisa

Para a nossa pesquisa, o uso das falas teve função primordial, uma vez que pudemos perceber de modo mais nítido o que pensam professoras e a aluna Surda sobre a inclusão. As professoras disseram, em suas falas, o que sentem e os obstáculos que atravessavam em sala de aula diariamente. Então, as falas descritas a seguir foram indispensáveis para a nossa pesquisa e análise geral do trabalho, pois nos permitiu comprovar os resultados obtidos.

Para a análise dos dados, optamos por fazer a análise das entrevistas por meio das falas, procurando verificar os desafios mais comuns em sala de aula enfrentados pelas professoras que atendem a alunos Surdos.

4.3 As falas das professoras

Atualmente, temos observado vários discursos em torno da defesa de uma educação inclusiva, sendo esta uma proposta que afirma que todas as crianças com deficiência devem ser recebidas na escola regular. Contudo, a maior preocupação das escolas é com relação aos profissionais que irão atender as pessoas com deficiência, visto que os alunos são incluídos na escola regular e se deparam com professores despreparados e desestimulados.

Por outro lado, os professores se sentem despreparados, já que têm que encontrar meios metodológicos para permitir que o educando aprenda. Muitas vezes a escola tem diversos materiais que podem auxiliar os professores no atendimento às pessoas com deficiência, porém os educadores não sabem como utilizar estes materiais. Então, os mesmos são destinados as salas de AEE, onde se encontram profissionais capacitados para trabalhar com pessoas que apresentam alguma deficiência.

Em torno desta teia está como “centro” a pessoa Surda, que diferentemente das outras crianças necessitam que o educador tenha um mínimo de conhecimento de LIBRAS, para que a comunicação entre ambos possa acontecer, minimizando assim as dificuldades encontradas, tanto pela pessoa Surda quanto pelos professores.

Busca-se com a educação inclusiva uma proposta em que a escola, como instituição democrática, possa garantir uma educação para todos. Porém, para que isso ocorra é necessário que se modifique o currículo escolar, a fim de que se estabeleça na prática uma proposta que atenda aos alunos nas suas mais variadas características. Quanto à concepção da inclusão, a seguinte afirmação das professoras parece-nos emblemáticos:

*É uma proposta muito interessante, acredito que é uma das melhores coisas que acontece, até pensando na criança, porque a criança verdadeiramente ela precisa ter essa socialização com crianças que estejam (...) que escutem, que se comunique de outra forma como ela não se comunica, pra que ela não fique só em escola específica pra ela como a EDAC **Luíza, professora da escola regular.***

(...) eu acho que falta ainda uma visão melhor (...) porque eu acho que nós deveríamos ter mais capacitações sobre isso, porque é muito fácil você chegar dizer, oh! que o aluno é deficiente, mas e aí, e a gente, porque não se trata de discriminação, não se trata de preconceito, entendeu? a quem tem (...) a quem é portador de qualquer necessidade, o que tá sendo

discutido não é a questão do preconceito, muito pelo contrário, porque a questão da solidariedade em relação ao deficiente em sala de aula, seja ele é... que tipo for é imensa Luana, professora da escola regular.

Para as professoras em atividade, a proposta de inclusão escolar é muito interessante, pois permite que as pessoas com deficiência socializem com outras crianças. Por outro lado, aparece como um complicador, uma vez que a falta de capacitação em LIBRAS faz com que as educadoras não propiciem condições básicas para que os educandos Surdos tenham suas necessidades de aprendizagem atendidas.

Para que o professor organize situações de aprendizagem, precisa saber quem é o seu aluno, planejar, ter objetivo, selecionar o conteúdo, desenvolver estratégias de ensino e avaliar tanto o aluno, quanto o suas tarefas.

O trabalho com educandos da inclusão exige do educador que essas estratégias sejam redobradas, uma vez que a política de educação inclusiva demanda que os envolvidos nesse processo tenham responsabilidade e capacitação, antes de incluir uma pessoa com deficiência, já que nos cursos de graduação os professores quando têm acesso a disciplinas estas são ministradas em um tempo muito reduzido. Desta forma, ter uma formação acadêmica e dominar conteúdos e técnicas metodológicas parece ser muito importante, porém para que estas ideias sejam concretizadas é necessário que os educadores tenham acesso a uma formação adequada. Perrenoud (2000a),

Defende que a proposta de formação de professores do futuro precisa buscar a formação de educadores críticos, ativos, reflexivos, questionadores e com saberes necessários para o desenvolvimento de uma pedagogia desafiadora, que consiga diferenciar o ensino fazendo com que cada aprendiz vivencie, tão frequentemente quanto possível, situações de aprendizagem (p.10).

É importante destacar que mesmo que os docentes tenham uma certa noção de LIBRAS, ainda assim, é necessário um Intérprete de Língua de Sinais, uma vez que os educadores não podem desenvolver a linguagem oral e sinalizada simultaneamente.

Como podemos observar no decorrer deste trabalho o ensino a pessoas Surdas na escola regular sempre contemplou a oralidade. Os ouvintes que determinavam o que vai ser ensinado e como, já que sempre foram a maioria em sala de aula.

Quando tem pessoa Surda é num número muito reduzido e estes não têm o desenvolvimento e aprendizagem dos conteúdos específicos, o que impossibilita a condução dos seus destinos educacionais. Com base nas entrevistas realizadas os educadores

consideram que a escola regular não é o lugar mais adequado às pessoas Surdas. Os depoimentos a seguir apresentam opiniões dos participantes quanto a essa questão:

*Não acredito que seja o melhor lugar, acredito que é importante é ... mas seria o melhor lugar hoje, se nós fossemos preparados, mas (...) infelizmente é... como posso citar da nossa aluna, ela muitas vezes ela fica meio que aérea e nós também, a gente não sabe nem o que fazer, por que não fomos preparados, mas que é interessante é... a inclusão, desde que fossemos preparados **Luíza, professora da escola regular.***

*Então (...) ela por ser uma criança deficiente não deve ser excluída do meio social, mas é preciso trabalhar com o profissional da escola, e não tirar da criança o direito dela de estudar na escola regular. Precisamos de um respaldo maior, uma visão maior, um maior compromisso dos órgãos competentes, pra que a gente não sobrecarregue muito **Luana, professora da escola regular.***

Interpretando as falas das professoras poderemos perceber que para elas o atendimento em escola regular é interessante, mas para que o ensino garanta a aprendizagem é fundamental que sejam consideradas as particularidades da aprendizagem e as características cognitivas e linguísticas das pessoas Surdas. Possibilitando a ampliação da identidade, cultura e língua e, finalmente, tomar as rédeas do processo de sua aprendizagem. Para que isso ocorra é imprescindível que a escola esteja constituída de recursos humanos, materiais e financeiros que deem a sustentação da qual necessita para propiciar a construção de uma educação inclusiva.

No nosso entendimento, os educadores possuem competências profissionais que não se reduzem ao domínio dos conteúdos a serem ensinados, e aceitar a ideia de que a evolução exige que todos os professores possuam competências antes reservadas aos inovadores ou àqueles que precisam lidar com públicos difíceis (PERRENOUD, 2001, p.01).

A competência é indispensável para que o profissional seja capaz de organizar suas aulas e garantir que todos/as os/as alunos/as possam ter acesso a um nível de conhecimento comum. Se isto não for possível a escola não será considerada inclusiva.

É conveniente revelarmos o que diz as professoras a respeito do estímulo e motivação para o professor/a ensinar às pessoas Surdas de acordo com a proposta de educação inclusiva. No que consiste a inclusão dos Surdos no cotidiano da sala de aula do ensino regular, faz-se necessário que o educador tenha um pouco de conhecimento da língua de sinais para poder

mediar às situações de aprendizagem e a interação seja estabelecida. Assim, descrevemos o que elas relatam. Vejamos:

*(...) a gente fica desmotivado, preocupados com o que vai vir no próximo ano, que tipo de aluno nós vamos receber, e o que fazer né, até por que a nossa escola aqui tem vários tipos de crianças especiais, não só surdos, tem crianças com outras síndromes e temos o AEE que é muito bom, que é um trabalho excelente, mas que o AEE só não é suficiente, até por que a criança está a maior parte na sala de aula com a gente, ela tá no AEE no horário oposto, então, assim ... na verdade não ... é complicado pra gente **Luíza, professora da escola regular.***

*Existe a cobrança (...) mas estímulo não. Existe toda uma camada de cobrança, de responsabilidade, entendeu? onde muitas vezes, por exemplo (...) eu sou uma pessoa que eu tenho uma visão sobre “ N” coisas, eu tenho abertura pra isso, mas tem pessoas que tem uma idade bem mais avançada que eu, que está numa sala de aula a bem menos tempo que eu e pra enfrentar uma situação dessas, é difícil **Luana, professora da escola regular.***

Em linhas gerais, os argumentos apresentados pelas entrevistadas deixam transparecer a insatisfação quanto ao processo de inclusão. Essa insatisfação se dá justamente porque os educadores não possuem formação adequada para lidar com sujeitos Surdos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001) os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com deficiência professores de ensino regular, capacitados para inclusão.

Todavia o que vemos são professores sem capacitação, frustrados e desestimulados, que vivem sob a pressão das políticas de educação inclusiva e quando estes não conseguem o desenvolvimento do processo de inclusão surge o sentimento de incapacidade, isto porque como vimos nas entrevistas eles não têm uma formação que os possibilite garantir a aprendizagem e o desenvolvimento nas necessidades educativas das pessoas Surdas como preceitua a proposta da educação inclusiva.

Parece-nos, ainda, que apesar da escola disponibilizar o atendimento na sala de recursos, esta não é suficiente para suprir todas as dificuldades, visto que os educandos com deficiência passam a maior parte do tempo na sala de aula regular. De um modo geral, o que os educadores gostariam mesmo era de capacitação ou de uma pessoa com capacitação adequada para atender pessoas Surdas, a fim de que o desenvolvimento da aprendizagem pudesse acontecer.

Brasil (2001.p.31-32), são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educativas especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial”.

É importante destacar que os recursos existentes na escola se mostram insuficientes para melhor atender os/as alunos/as surdos. Para que a inclusão seja viabilizada é preciso que a escola recorra a uma equipe multiprofissional.

Um dos aspectos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem é que os professores tomem conhecimento sobre quem é o seu aluno, para que possa elaborar estratégias de ensino. Desse modo, os procedimentos a serem tomados pelos professores no contexto de sala de aula devem acontecer de modo diferenciado, pois se fazem presentes pessoas Surdas e estas necessitam de um atendimento diferenciado.

Certamente, cada aluno vai requerer diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído (BRASIL, 2001.p.20). Como observamos até agora nos questionamentos apresentados pelas professoras, uma das maiores dificuldades enfrentadas por elas diz respeito à falta de preparação para lidar com pessoas Surdas, já que apresentam muita dificuldade no momento da comunicação. Sobre esta questão as entrevistadas disseram o seguinte:

*(...) infelizmente, nós não somos preparados para receber essas crianças [refere-se às crianças Surdas]. É uma proposta interessante, mas foi uma proposta que veio e caiu como paraquedas pra gente, mas que não preparou **Luíza, professora da escola regular.***

*(...) o que falta é a gente ser preparado, pra lidar com isso **Luana, professora da escola regular.***

A partir dos discursos das professoras vemos o reconhecimento que elas atribuem ao processo de inclusão, mas, por outro lado assumem não estar preparados para atender as pessoas Surdas, que ambos falam línguas diferentes e para haver uma interação entre eles, deve-se superar as dificuldades de linguagem estabelecidas entre elas e a pessoa Surda.

Essa postura é importante, pois as educadoras reconhecem a necessidade da comunicação entre professor/aluno Surdo para a assimilação dos saberes sistemáticos e

intencionais, que somente na instituição educativa os educandos podem apreender. Este é um desafio que exige uma postura crítica do professor em sua prática pedagógica, necessitando que os poderes públicos propiciem condições materiais, qualificação profissional, com o intuito de permitir que a escola seja, de fato, inclusiva.

Como mostra Tardif (2002), os saberes dos professores são plurais, sociais e, portanto, não podem ser dissociados dos contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, evidenciando a necessidade de articulação desses saberes para dotar o professor de subsídios que possam ajudar-lhe a intervir e transformar sua atividade docente.

Como podemos verificar, são poucas as oportunidades de capacitação do professor do ensino regular para atender as pessoas com deficiência, sendo esta uma das premissas necessárias à garantia de uma educação de qualidade, ao oferecimento de igualdade de oportunidades, à possibilidade de exercer sua cidadania e ajudar na transformação para uma sociedade mais justa e completa.

Isto pode ser observado nas entrevistas quando, ao serem questionadas sobre o que é necessário para se ensinar numa sala de aula que tenha alunos/as Surdos/as, as professoras responderam:

(...) na minha opinião é necessário primeiro que a gente tenha uma formação (...) acho que o município deveria é (...) promover cursos, promover formações, onde preparar os professores e na nossa sala de aula como a gente não tem essa formação, acho que deveria ter um intérprete, com certeza
Luíza, professora da escola regular.

(...) olha na realidade existe pra nós professores, existe toda aquela responsabilidade de inclusão, você tem que incluir o aluno, você tem que tratá-lo de uma mesma forma, só que dos órgãos maiores a gente não tem respaldo nenhum, você veja, quando eu assumi a sala de aula e eu vi que [diz o nome da aluna Surda] chegou pra me, foi um impacto porque de certa forma, eu aprendi a conviver com [diz o nome da aluna Surda], entendeu? Por que assim... foi a primeira criança que trabalhei que tinha deficiência auditiva, né isso? Então, assim ... isso pra me foi um choque, mas também foi um grande aprendizado, mas que preparação nenhuma nós não temos
Luana, professora da escola regular.

A partir das falas das professoras, podemos notar a necessidade que elas têm de ter em sala de aula um intérprete de língua de sinais, pois este pode auxiliá-lo no desenvolvimento das atividades escolares, para que a pessoa Surda não se torne um mero copista. Essas discussões vão ao encontro das reflexões feitas por Dorziat et al. (2011,p.54), que enfatiza que o intérprete de LIBRAS é peça fundamental para amenizar as dificuldades comunicativas entre os alunos Surdos e os demais componentes da escola regular.

É importante enfatizar que a comunicação/interação entre professor/aluno Surdo e aluno Surdo/ aluno ouvinte também é bem relevante, pois permite que os sujeitos Surdos se sintam incluídos. A partir dessas questões indagamos as professoras sobre como era a relação da aluna Surda com os colegas ouvintes. As educadoras expressaram o seguinte:

*ah! ela tem uma excelente relação, até por que[diz o nome da aluna Surda] ta conosco desde pequenininha, então os colegas já dominam, já entendem, já conseguem. Ela se dá muito bem com todos, não tem nenhuma discriminação, de jeito nenhum ((com um tom de segurança)) disso ela sabe muito bem, mas tem horas que nem eles mesmos [refere-se aos alunos ouvintes] entendem o que ela [aluna Surda] quer colocar pra gente né, por que eles tem um entendimento que foram apreendidos justamente com ela, mas que também, não tiveram nenhuma formação pra isso **Luíza, professora da escola regular.***

*muito boa, muito boa mesmo, ela [refere-se à aluna Surda] tem uma socialização muito boa **Luana, professora da escola regular.***

As professoras expressam em suas falas que a relação entre aluna Surda e alunos ouvintes é muito boa, o que facilita o convívio dela com seus colegas. Foi a partir desse convívio que os ouvintes aprenderam a língua de sinais, o que possibilitou que a comunicação entre ambos pudessem acontecer.

Figueiredo (2008, p. 142) nos informa que no contexto da sala de aula o “professor situa-se como mediador, considerando aspectos como: atenção às diferenças dos alunos; variação de papéis que o professor assume diferentes situações de aprendizagem; organização dos alunos de forma que possibilite interações em diferentes níveis”.

No entanto, cabe à escola encontrar meios para auxiliar os profissionais nas dificuldades surgidas em todo esse processo. Na escola em que realizamos a pesquisa há sala de recursos que atendem as pessoas com deficiência quando necessário. Entretanto, de acordo com as educadoras não é suficiente, já que o ideal seria que a escola pudesse oferecer a pessoa Surda um intérprete de língua de sinais, porque o ILS esclarece em LIBRAS os conhecimentos que são repassados pelos professores ouvintes em Língua Portuguesa.

Esclarecemos que, mesmo com a presença do Intérprete da Língua de Sinais na instituição de ensino, isto não é suficiente para afirmarmos que os Surdos recebem uma educação de qualidade, mas pode ao menos garantir que esses tenham alguma progressão e tomem entendimento do que os professores estão desenvolvendo em sala de aula, não se sentindo isolados em sala de aula, por saber que as pessoas não utilizam a língua de sinais. Sendo que a LIBRAS é a primeira língua da pessoa Surda e primordial para que o sujeito Surdo tenham condições de aprender.

Ainda em relação à comunicação/interação, os professores propalaram os meios que utiliza para se comunicar com a aluna Surda. Para isso, expressaram:

*no meu caso e no caso da outra professora, a gente utiliza figuras, imagens, a gente utiliza a escrita mesmo e escreve e pede pra ela ler quando a gente não entende, nem ela, e na hora da aula as crianças que nos ajudam, ficam passando pra ela, quando ela diz que não entende e eu sei que [diz o nome da aluna Surda] boa parte da aula ela não entende, mas poderia entender se a gente tivesse um intérprete **Luíza, professora da escola regular.***

*eh...algumas coisas eu aprendi né e outras os próprios colegas dela, que tem mais facilidade do que eu, eles me ajudam bastante **Luana, professora da escola regular.***

As professoras enfatizaram que utilizam imagens e figuras no processo de ensino e aprendizagem, porém admitem que recebem ajuda dos/as alunos/as ouvintes que têm um pouco de conhecimento em LIBRAS e, somente assim, é que o processo ensino-aprendizagem pode ser efetivado. O mais relevante, nessa escola, é que não havia a presença de intérpretes para interpretar as aulas em LIBRAS e nem de instrutores Surdos que auxiliassem o processo de ensino da Língua Brasileira de Sinais, a fim de favorecer, a mediação da comunicação entre professor (ouvinte) para com o aluno Surdo.

Diante dessas questões, podemos observar que a escola deve se adequar para receber os alunos Surdos, promovendo todas as condições para sua aprendizagem. Oferecendo não só o material didático, mas também o profissional intérprete que mediará os conteúdos para o Surdo através da LIBRAS. Somente assim, a aprendizagem tem possibilidades de acontecer no escola regular, uma vez que quando existem os momentos de comunicação e interação no contexto da sala de aula. “A valorização da cultura ouvinte provoca um desconhecimento e desinteresse pelas angústias dos surdos quanto ao seu saber e à sua capacidade de aprender [...]” (ALVES et al , 2011, p.193).

Quando falamos da inclusão de Surdos no ensino regular, precisamos atentar para o fato de que a utilização de língua de sinais para se comunicar é essencial, e quando a pessoa Surda percebe que seus colegas e professores têm conhecimento há um aumento da autoestima e fortalecimento da identidade.

O processo de inclusão traz muitas inquietações e essas inquietações aumentam quando o assunto é incluir o indivíduo Surdo na escola, pois nem sempre se tem um professor capacitado para lidar com esse processo. Indagamos, ainda, se o processo de inclusão facilita ou não a aprendizagem a alunos/as Surdos/as. As professoras afirmaram que:

*Não facilita, pelo contrário [diz o nome da aluna Surda] nós tivemos até problemas no início do ano [diz o nome da aluna Surda] se cansou queria voltar para terceira série, ela chegou a pedir que não! tava aguentou! tava muito estressada! era muito difícil! ela não conseguia e pediu pra voltar, que queria ficar na terceira série, então pra você vê, pra criança também não é interessante, por que se ela tivesse algum intérprete ela ia entender bem melhor... então, assim ... na terceira, ela não teve dificuldades por que a professora tinha esse domínio ((com tom de firmeza)) mas não que todas as professoras tenham **Luiza, professora da escola regular.***

*(...) olha eu acho, como eu falei antes, que somos eternos aprendizes. Então, eu acho que a socialização dela [refere-se à aluna Surda] com outros, com certeza ela aprende, é claro, que não do ritmo de uma criança que escuta normalmente, mas ela aprende **Luana, professora da escola regular.***

As falas das entrevistadas indica-nos que a aluna Surda aprende na escola regular, não no mesmo ritmo das crianças que escutam, mas desenvolve a aprendizagem. Todavia destacam que a aluna Surda muitas vezes fica estressada porque as atividades são todas repassadas em língua portuguesa. Elas também expressam que no ano anterior a referida aluna não teve dificuldades. Isto porque a professora tinha conhecimento na língua de sinais.

O que podemos observar é que a inclusão da pessoa Surda tem sido um grande desafio para as escolas. Isso nos remete à ideia de que a escola inclusiva deve se adequar a todos os alunos, qualquer que seja sua condição: física, social, emocional, linguística ou de outro tipo. Lembrando que: há muito o que se ajustar para que a inclusão do aluno Surdo aconteça de maneira eficaz, fazendo-se necessário uma série de adaptações nos espaços escolares para que os mesmos possam ser atendidos em suas especificidades.

Por meio de nossas análises podemos afirmar que ainda há muitos questionamentos que permeiam a discussão da inclusão do aluno Surdo na escola regular. A aprendizagem da LIBRAS e a presença do professor intérprete pode iniciar uma nova mentalidade nas escolas e nos seus profissionais, proporcionando a aprendizagem para o aluno Surdo.

Contudo, se por um lado, a inclusão escolar não acontece da maneira correta. Por outro, garante a inclusão social, na medida em que a aluna Surda se sente incluída no meio social, pois se sente acolhida pelos colegas e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando eu aceito a língua de outra pessoa eu aceitei a pessoa... Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos... Quando eu aceito a Língua de Sinais eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo... Devemos ensiná-los, ajuda-los, mas temos que permitir-lhe ser surdo...

(TERJE BASILIER, psiquiatra norueguês)

Objetivamos desde o início deste trabalho, contribuir para a necessária tarefa de mostrar um pouco sobre a inclusão escolar de Surdos, tendo como base o que pensam os professores. A pesquisa mostrou que a quantidade de informação a que o Surdo tem acesso na escola regular está aquém do que é passado para ouvintes. Isto acontece porque, na maioria das vezes, os educadores não possuem uma capacitação adequada que os possibilite desenvolver atividades significativas com pessoas Surdas, garantindo-lhes a aprendizagem.

A inclusão escolar das pessoas Surdas, a princípio é um aspecto positivo para os professores, porque a presença dos alunos Surdos em sala de aula parece possibilitar oportunidade de desenvolvimento social e linguístico, visto que permite um maior respeito à diferença. Por outro, gera muitas discussões, isto porque, normalmente se inclui uma pessoa Surda na escola regular, porém as instituições não possuem recursos humanos e materiais adequados para trabalhar com essa demanda.

Em meio aos resultados obtidos pela pesquisa e análise da legislação sob o enfoque pedagógico, foi possível percebermos que a legislação brasileira apesar de preceituar que todas as pessoas com deficiência devem estar matriculadas na rede regular de ensino, vimos que apesar dos avanços, a inclusão ainda está sob a responsabilidade de professores que conhecem pouco ou nada sobre a surdez e as suas necessidades, os modos e estratégias necessárias para facilitar a aprendizagem dos Surdos, entre outros fatores. A partir daí nota-se que não é somente o Surdo que se sente excluído, mas os professores também, já que não conseguem oferecer o atendimento adequado que os possibilite desenvolver atividades de forma autônoma.

Compreendemos que apesar das professoras demonstrarem ter conhecimento sobre o processo de inclusão, evidenciaram não se preocupar muito com essa questão. Ao mesmo tempo em que diziam não ter tido uma formação adequada, também disseram que almejavam mais capacitações. Isto facilitaria um pouco o entendimento e a comunicação com a aluna Surda em sala de aula. Esse fato não descarta a importância de uma prática pedagógica que vise à superação dos limites existentes. Mas, para isto é necessário o envolvimento de todos,

não somente das professoras da sala de aula. A começar, é necessário que o MEC repense e investigue como se dá a inclusão, para posteriormente buscar formas em que haja, de fato, uma inclusão.

Tomando como base as falas das entrevistadas pudemos verificar que estas enfrentam muitos desafios no momento que vão explanar os conteúdos, isto porque na sala de aula não tem o intérprete, o que faz com as educadoras utilizem a todo momento a linguagem oralizada e por alguns vezes mímicas.

Assim, entendemos que o discurso inclusivo torna-se frágil, na medida em que o sistema educacional público não está preparando para atender pessoas Surdas, considerado que o modo de se comunicar é um dos principais empecilhos no processo ensino e aprendizagem, já que os educadores não recebem nas universidades a preparação adequada para trabalhar com pessoas Surdas e as Secretarias de Educação não oferecem formação continuada para capacitar os educadores que atendem essa demanda.

A discussão sobre a inclusão escolar do Surdo passa, prioritariamente, pela questão da linguagem, ou seja, temos que considerar a questão da língua de sinais no contexto escolar, numa perspectiva bilíngue. Sendo que, a língua de sinais, deve ser viabilizada como primeira língua e a língua portuguesa deve ser ensinada como uma segunda língua.

Com este trabalho, buscamos mostrar para todos/as que a inclusão escolar enquanto processo está acontecendo lentamente, o que se espera é que os educadores futuramente sejam preparados para atender as pessoas Surdas, a fim de que estas possam não mais sentir-se excluídos pelo fato de não ter sido contemplada de forma apropriada a questão de sua peculiaridade linguística, sendo este um ponto essencial que deve ser considerado na proposta de uma educação inclusiva para Surdos.

Vimos que na inclusão escolar de Surdos as interações comunicativas são limitadas pela falta de domínio da LIBRAS entre as professoras e colegas ouvintes, que aprendem somente palavras isoladas e explicam através da datilologia (alfabeto em LIBRAS), o que leva muito tempo.

Portanto, para que a inclusão escolar possa acontecer é preciso que as instituições educacionais reestruturem os seus sistemas de ensino, a fim de cumprir o estabelecido na lei, a começar pela organização do espaço escolar e capacitação de professores que atendem essa demanda. Garantindo que o Surdo seja educado na perspectiva da educação bilíngue, com o intuito de que o Surdo tem suas necessidades de aprendizagem atendidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edineia de oliveira. et al . Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: DORZIAT, Ana. **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Estudo de caso do tipo etnográfico. In:_(org.). **Estudo de caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BRASIL, Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/secretaria de educação especial-MEC**; SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da educação. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 07 out.11.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: STOBAUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José Mourino (org.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**: possibilidades e limitações. In: (org.). Brasília: Instituto interdisciplinar de Brasília, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. Metodologia de estudo de caso e inclusão educacional escolar. In: (org.). **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

COSTA, Maria Stela O. **Bilingüismo: proposta de educação para surdos**. Revista Mundo Jovem. n.338.Ano.46 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto promulgado em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 26 out.11.

COUTINHO, Clara. **O que é análise de conteúdo?** Disponível em: <<http://claracoutinho.wikispaces.com/O+que+%C3%A9+An%C3%A1lise+de+Conte%C3%BAdo%3F>>. Acesso em: 26 out.11.

DANESI, Marlene Canarim. **A significação do trabalho para o individuo surdo**. Disponível em: <<http://www.psicomundo.com/foros/trabaja/surdo.htm>> . Acesso em: 12 março de 2012.

DORZIAT, Ana. Inclusão escolar: para além do discurso oficial. In:_(org.). **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-82.

_____ **Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos.** Cadernos de pesquisa. n.108, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a08n108.pdf>>. Acesso em: 07 jul.11.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 10 jul.11.

Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade em Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.** Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em: 10 jul.11.

Declaração Mundial de Educação para Todos. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.** Disponível em: <http://www.interlegis.leg.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/200306201619_30/20030623105532/>. Acesso em: 10 jul.11.

FERREIRA, Windyz B. **Educação inclusiva:** Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Inclusão - Revista da Educação Especial - Out/2005.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Formação de professores. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 07 jul.11.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 176-180.

LIMA, Niédja Maria Ferreira de. Inclusão escolar de surdos: o dito e o feito. In: DORZIAT, Ana (org.). **Estudos surdos: diferentes olhares.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** In: (org.). 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação.** In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (org.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

MITTER, P. J. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Maria A. Amim de. **O que significa ser surdo: conhecendo um pouco do que significa ser surdo através de discussão do filme “seu nome é Jonas”**. Revista virtual de cultura surda e diversidade. Ed. 5/dezembro de 2009 - ISSN 1982-6842. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=199>>. Acesso em: 13/06/12.

PAULON, Simone Mainiere. et al. Processo de inclusão. In: **Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria especial, 2005. p.25-31.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000a.

_____. **Dez novas competências para uma nova profissão**. In: Pátio, Revista Pedagógica. No 17. Maio/Julho. Porto Alegre, 2001.

REDE SACI: USP Legal para pessoa com deficiência [site]. **Principais causas da deficiência auditiva**. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1662>>. Acesso em: 10/07/11.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ernestina Iva de. **Surdez: a história de vida dos surdos de Gado Bravo**. Monografia, 70 p. (graduação). UEPB. Gado Bravo. 2004.

SOARES, Fabiana Marins Rodrigues; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GOÉS, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (org.). **Políticas e de práticas educação inclusiva**. São Paulo: Autores associados, 2004.

SILVA, Luzia Alves; IACONO, Jane Peruzo. Reflexões sobre a política de formação de professores para a educação especial/educação inclusiva. In: Programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais-PEE (org.). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Paraná: EDUNIOESTE, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. In: (org.). Porto Alegre: Artmed, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. In: (org.). Florianópolis: /Ed. da UFSC, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com as professoras

1. Você já lecionou a pessoas com deficiência?
2. Para você o que é necessário para se ensinar numa sala de aula que tenha alunos/as Surdos/as?
3. Qual sua opinião a respeito da inclusão?
4. Você se sente preparado para atender a alunos Surdos?
5. Você acredita que a escola regular é o lugar propicio para o ensino às pessoas Surdas? Por quê?
6. Como é a relação da aluna Surda com os colegas ouvintes?
7. Em sua opinião há estímulo e motivação para o professor/a ensinar às pessoas Surdas de acordo com a proposta de educação inclusiva?
8. Quais os meios que você utiliza para se comunicar com a aluna Surda?
9. Você recebe alguma assistência no desenvolvimento das atividades com a aluna Surda? Como isso é feito?
10. Em sua opinião, o processo de inclusão promove a aprendizagem a alunos/as Surdos/as?

ANEXO

ANEXO A – Modelo da carta de autorização entregue as professoras

Eu, _____, no CPF sob o nº _____ Professora da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, localizada na Rua Antônio Vieira da Rocha, nº 335 – Bairro do Bodocongó em Campina Grande/PB. Autorizo Marcicleide da Silva Araújo, matricula, pós graduanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar a utilizar a entrevista realizada no dia 18 de novembro de 2014 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NA ÓTICA DOS PROFESSORES: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB”**, orientado pelo Professor Dr. Eduardo Gomes Onofre / UEPB.

Campina Grande, 18 de novembro de 2014
